

# APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO ESCOLAR NO PROCESSO HISTÓRICO EDUCACIONAL I

## LEARNING AND SCHOOL DEVELOPMENT IN THE HISTORICAL EDUCATIONAL PROCESS

Damiana Dias da Silva <sup>1</sup>

Elizabeth Martins da Silva <sup>2</sup>

Jocileide Gomes Leite <sup>3</sup>

Maria das Graças da Silva Souza <sup>4</sup>

Marinez Pereira de Caldas <sup>5</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem por finalidade apresentar estudos sobre desenvolvimento e aprendiza-

---

1 Mestrada em Ciências da Educação pela Veni Creator CHRISTI UNIVERSITY. Graduada em Pedagogia, pela Universidade Vale do Acaraú – UVA – CE. Especialista em Supervisão e Orientação pela Faculdade Integradas de Patos – FIP. Pós-graduada Lato Sensu em nível de Especialização na área de Educação em Neuropsicopedagogia pela Faculdade de Educação São Luís. Professora do Ensino Fundamental 3º ano, e da Educação Infantil no município de Itaporanga-PB. E-mail: damianaitadias@gmail.com.

2 Mestrada em Ciências da Educação pela Veni Creator CHRISTI UNIVERSITY. Graduada em Pedagogia pelas Faculdades Integradas de Patos (FIP), Especialista em Psicopedagogia pela Faculdades Integradas de Patos - FIP. E-mail: elizabete78@gmail.com.

3 Mestrada em Ciências da Educação pela Veni Creator CHRISTI UNIVERSITY. Graduação em Pedagogia, pela UFPB (Universidade Federal da Paraíba). Especialista em Psicopedagogia pela Faculdade Integradas de Patos – FIP. E-mail: jocileide.arlon@gmail.com.

4 Mestrada em Ciências da Educação pela Veni Creator CHRISTI UNIVERSITY. Graduada em Letras pela Universidade Federada da Paraíba -UFPB, Graduada em Pedagogia pela Universidade Cesumar UNICESUMAR. Especialista em Psicopedagogia pela Faculdades Integradas de Patos - FIP. Pós-Graduada “lato sensu” em nível de Especialista - Supervisão Educacional pela Universidade de Uberaba - Uniub. Especialista em Orientação Educacional pela Faculdade Facuminas. Pós-Graduada Lato Sensu Master Administração em Gestão de Instituições Públicas pelo Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia de Rondônia - IFRO. E-mail: gracaufb@hotmail.com.

5 Mestrada em Ciências da Educação pela Veni Creator CHRISTI UNIVERSITY. Graduação em Pedagogia, pela Universidade Vale do Acaraú – UVA – CE, Especialista em Psicopedagogia pela Faculdade Integradas de Patos – FIP. Pós-graduação Lato Sensu e curso de especialização em Ensino de Biologia e Arte pela Universidade Pró-Reitoria de Pós-graduação e Pesquisa Universidade Cândido Mendes - Rio de Janeiro- RJ. Curso de formação de Professores de Educação Infantil e do Ensino fundamental - Consultoria Educacional Integrada - CEI - Campina Grande. Professora do Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano, Coordenadora pedagógica desde 2020 nos municípios de Itaporanga e São José de Caiana- PB. E - mail: Marinezcaldas9@gmail.com.

gem baseado nos pensamentos dos estudiosos filósofos como Jean Piaget, Lev Vygotsky e Henrique Wallon, sendo que as teorias de Jean Piaget e de Henrique Wallon são as mais completas e articuladas teorias do desenvolvimento psicológico. Piaget nega que sua teoria seja uma teoria da aprendizagem, classificando como uma teoria do desenvolvimento. Diferentemente desses dois estudiosos Vygotsky critica as teorias que separam a aprendizagem do desenvolvimento. Ele busca compreender a origem e o desenvolvimento dos processos psicológicos ao longo da história individual e coloca como temas centrais nos seus trabalhos o desenvolvimento humano, o aprendizado e as relações entre desenvolvimento e aprendizado. O texto traz também informações sobre as teorias de Paulo Freire sobre o processo de ensino–aprendizagem, bem como o papel do professor no ensino aprendizagem; a história da educação no Brasil; o papel social da escola e as tendências pedagógicas Brasileiras: tradicional, renovada, tecnicista, libertadora e crítico-social dos conteúdos. Para tanto nos orientamos através dos estudiosos citados a cima entre outros relevantes nomes que estudam e debatem a temática em estudo.

**Palavras chave:** Aprendizagem. Desenvolvimento. Educação. Escola. Aluno.

Abstract: The purpose of this article is to present studies on development and learning about the thoughts of philosophical scholars such as Jean Piaget, Lev Vygotsky and Henrique Wallon, and the theories of Jean Piaget and Henry Wallon are the most complete and articulated theories of psychological development. Piaget denies that his theory is a theory of learning, classifying it as a theory of development. Unlike these two scholars Vygotsky criticizes the theories that separate learning from development. It seeks to understand the origin and development of psychological processes throughout individual history. It places human development, learning and the relationships between development and learning as central themes in their work. The text also brings information about Paulo Freire's theories about the teaching-learning process. It also reflects on the role of the teacher in teaching learning; The history of education in Brazil; The social role of the school as well as the Brazilian pedagogical trends: traditional, renewed, technicist, liberating and critico-social of the con-

tents. For this we orient ourselves through the scholars mentioned above among other relevant names that study and debate the subject under study.

**Keywords:** Learning. Development. Education. School. Student.

## INTRODUÇÃO

Independentemente de qualquer critério adotado pelas escolas, ver sérios problemas encontrados pelos os alunos que ali permaneceram e permanecem sem conseguir aprender. Daí educadores e educadoras de escolas e redes educacionais vem expressando inquietações sobre o que ensinar e aprender, sobre que práticas educativas privilegiarem nas escolas, nos congressos de professores e nos dias de estudos e planejamentos. Por seu lado, teoria pedagógica tem dado relevância a pesquisas e reflexões sobre aprendizagem.

Sabe-se que existem inúmeros correntes metodológicas, cada uma delas nos mostrando como ensinar aos alunos das nossas escolas de maneira eficaz. Para Galvador (1997, p.18-19), “algumas propõem muita liberdade, outras cerceiam essa liberdade, e ambos as formas muitas vezes, são apontadas como fracasso do aluno na escola”.

A prática de todo professor, mesmo de forma inconsciente, sempre pressupõe uma concepção de ensino e aprendizagem que determina a compreensão dos papéis dos professores e alunos, da metodologia, da função social da escola e dos conteúdos a serem trabalhados. A discussão dessas questões é importante para que se explicitem os pressupostos pedagógicos que subjazem a atividade de ensino, na busca de coerência entre o que se pensa está fazendo e o que realmente se faz. Tais práticas se constituem a partir das concepções educativas e metodológicas de ensino que permearam a formação educacional e o percurso profissional do professor, aí incluídas suas próprias experiências escolares, suas experiências de vida, a ideologia compartilhada com seu grupo social e as tendências pedagógicas que lhe são contemporâneas.

Seria fácil mostrar um método milagroso que fizesse a criança aprender e a desenvolver suas habilidades cognitivas e intelectuais rapidamente. Então como intelectual que é todo profissional da educação, precisa-se comprometer-se com estudo e com a pesquisa, bem como posicionar-se politicamente, situando-se frente aos problemas econômicos, sócio-políticos, culturais e ambientais que hoje nos desafiam e que desconhecem as fronteiras entre as classes sociais. Sem esses esforços, seria impossível propiciar ao aluno uma compreensão maior do mundo em que vive, para que nele possa atuar autonomamente e também a busca de alternativas viáveis, decorrentes de reflexões e investigações cuidadosas e rigorosas, em busca de soluções viáveis.

Portanto, esse artigo oferecerá oportunidade de conhecimento sobre aprendizagem e desenvolvimento, trazendo informações sobre as tendências pedagógicas brasileira, o papel do professor no ensino aprendizagem, a formação social da escola e histórico educacional no Brasil, oferecendo oportunidade para melhor se adequar no processo educacional, bem como as considerações finais a respeito deste estudo.

## **APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO ESCOLAR**

O estudo da aprendizagem, sua natureza, suas características e fatores que nela influenciam constituem, assim, um dos problemas mais importantes para a psicologia e para o educador, seja ele pai, professor, orientador ou administrador de instituições educativas. Explicar o mecanismo da aprendizagem é esclarecer a maneira pelo qual o ser humano se desenvolve, toma conhecimento do mundo em que vive, organiza a sua conduta e se ajusta ao meio físico e social.

O desenvolvimento humano, o aprendizado e as relações entre desenvolvimento e aprendizado são temas centrais nos trabalhos de Vygotsky. Ele busca compreender a origem e o desenvolvimento dos processos psicológicos ao longo da história individual.

As Teorias de Jean Piaget e de Henri Wallon são as mais completas e articuladas teorias genética do desenvolvimento psicológico de que dispomos. Diferentemente desses dois estudiosos,

Vygotsky não chegou a formula uma concepção estruturada do desenvolvimento humano, a partir do qual pudéssemos interpretar o processo de construção psicológico do nascimento até a idade adulta.

De acordo OLIVEIRA (1992), para Vygotsky nas concepções sobre o funcionamento do cérebro humano fundamenta-se que as funções psicológicas superiores são construídas ao decorrer da história social do homem. E, na sua relação com o mundo, mediada pelos instrumentos e símbolos desenvolvidos culturalmente, cria as formas de ação, na qual distinguem de outros animais. Sua compreensão sobre desenvolvimento psicológico não deve ser buscada em propriedades do sistema nervosos. Para ele, a ideia de funções mentais fixas e mutáveis são rejeitadas, trabalhando o cérebro como um sistema aberto, de grande plasticidade, cuja estrutura e modos de funcionamentos são moldadas ao longo da história da espécie e do desenvolvimento individual.

De acordo com o referencial de Piaget existem três tipos de conhecimento: o físico, o lógico-matemático e o social, que representam três etapas sucessivas dentro do processo de construção do conhecimento, inicialmente, a criança age e coordena ações sobre os objetos e, por meio de experiências, realiza descobertas e invenções (conhecimento físico). A partir dessa série de ações, coordenadas por seu pensamento, ela estabelece relações com tais objetos (conhecimentos lógicos- matemático). E finalmente, após ter desenvolvido os conhecimentos prévios necessário, a criança passa agir sobre tais informações, transformando-as e, principalmente, transformando-se para a agir sobre tais informações e incorporá-las há seu dia-a-dia (conhecimento social).

Piaget nega que sua teoria seja uma teoria de aprendizagem, classificando-a como uma teoria do desenvolvimento. Admiti, porém que ela possa ser vista também como uma teoria da aprendizagem, contribui desde que esta tenha o seu conceito de maneira a incorporar os processos de equilíbrio, que são internos, mas não hereditário.

Quanto às aprendizagens conceituais tipicamente escolares Piaget as subordina às estruturas já formadas, sugerindo que aquelas deva apoiar-se nestas, porque só assim podem contribuir para sua consolidação e a ampliação.

Segundo os estudos de Wallon apud Heloyso Dantas (1992), apesar de pouco divulgados,

conduzem ao reconhecimento de uma enorme contribuição a psicologia e que o método adotado e a observação. Ela vai à gênero de processo, teorizando sobre a passagem do organismo ao psíquico e apontando caminhos para a análise dialética de teorias reducionistas que privilegiam ora o organismo, ora o social, no curso de desenvolvimento humano.

E que para a energia psicogenética constrói se mutuamente sujeito e objetivo, afetividade e inteligência. Na qual a primeira etapa corresponde ao primeiro ano de vida, dominam as relações emocionais com o ambiente e o acabamento da embriogênese: trata-se nitidamente de uma fase de construção do sujeito, onde o trabalho cognitivo este presente e ainda indiferenciado da atividade afetiva. Ele acredita que para chegar à aprendizagem é preciso o professor tirar o medo, o nervosismo e o trauma através da afetividade.

De acordo com Soares (2008), na revista mundo jovem, retrata a prática pedagógica como reflexo de uma concepção teórica, e os métodos adotados se baseiam numa determinada concepção sobre o processo de aprendizagem, e que existem vários métodos utilizados no processo de alfabetização de crianças e adultos. O mesmo aponta como os mais conhecidos: o pré-silábico, que é o mais utilizado pelas escolas para alfabetização de crianças, e o método Paulo Freire. Sendo que o método mais empregado é o da aprendizagem da leitura pela associação, por dar resultados imediatos. Assim, fundamentando-se na aprendizagem por associação de ideia e tem por base a teoria do conexionismo, ou seja, da aprendizagem por associação entre estímulo e respostas. Também diz que alguns teóricos se opõem aos métodos puramente mecânicos, e propõem a aprendizagem com compreensão para o ensino da leitura.

Na concepção de Paulo Freire, o processo de ensino-aprendizagem apoia-se na interação professor-aluno-meio, devendo o professor ficar atento a dúvidas e a impasses, e principalmente estar aberto a essas possibilidades da atualidade e, de modo particular, em livros didáticos e ações pedagógicas levadas a efeitos em sala de aula.

Baseando nesses princípios teóricos, surgiu, na atualidade, o sociointeracionismo, síntese do construtivismo e do interacionismo, teoria que concebe o conhecimento como um processo construí-

do pelo indivíduo, em interação com o meio. Essa nova concepção de ensino-aprendizagem passou a ser adotado por inúmeros professores e/ou escolas.

## TENDÊNCIAS PEDAGÓGICA BRASILEIRAS

A análise das tendências pedagógicas no Brasil deixa evidente a influência dos grandes movimentos educacionais internacionais, da mesma forma que expressam as especificidades de nossa história política, social e cultural, a cada período em que são consideradas. Pode-se identificar, na tradição pedagógica brasileira grandes tendências:

A “pedagogia tradicional” é uma proposta de educação centrada no professor, cuja função se define como a de vigiar e aconselhar os alunos, corrigir e ensinar a matéria. A metodologia decorrente de tal concepção baseia-se na exposição oral dos conteúdos, numa sequência predeterminada e fixa, independentemente do contexto escolar; enfatiza-se a necessidade de exercícios repetidos para garantir a memorização dos conteúdos.

A “pedagogia renovada” é uma concepção que inclui várias correntes que, de uma forma ou de outra, estão ligadas ao movimento da Escola Nova ou Escola Ativa. Tais correntes, embora admitam divergências, assumem um mesmo princípio norteador de valorização do indivíduo como ser livre, ativo e social. O centro da atividade escolar não é o professor nem os conteúdos disciplinares, mas sim o aluno, como ser ativo e curioso.

A “Pedagogia tecnicista” - proliferou nos anos 70 inspirado nas teorias behavioristas da aprendizagem e da abordagem sistêmica do ensino, que definiu uma prática pedagógica altamente controlada e dirigida pelo professor, com atividades mecânicas inseridas numa proposta educacional rígida e passível de ser totalmente programada em detalhes. O que é valorizado nessa perspectiva não é o professor, mas a tecnologia; o professor passa a ser um mero especialista na aplicação de manuais e sua criatividade fica restrita aos limites possíveis e estreitos da técnica utilizada.

A “pedagogia libertadora” tem suas origens nos movimentos de educação popular que ocor-

reram no final dos anos 50 e início dos anos 60, quando foram interrompidos pelo golpe militar de 1964; teve seu desenvolvimento retomado no final dos anos 70 e início dos anos 80. Nessa proposta, a atividade escolar pauta-se em discussões de temas sociais e políticos e em ações sobre a realidade social imediata: analisam-se os problemas, seus fatores determinantes e organiza-se uma forma de atuação para que se possa transformar a realidade social e política. O professor é um coordenador de atividades que organiza e atua conjuntamente com os alunos.

A “pedagogia crítico-social dos conteúdos” assegura a função social e política da escola mediante o trabalho com conhecimentos sistematizados, a fim de colocar as classes populares em condições de uma efetiva participação nas lutas sociais. Entende que não basta ter como conteúdo escolar as questões sociais atuais, mas que é necessário que se tenha domínio de conhecimentos, habilidades e capacidades mais amplas para que os alunos possam interpretar suas experiências de vida e defender seus interesses de classe.

No final dos anos 70, pode-se dizer que havia no Brasil, entre as tendências didáticas de vanguarda, aquelas que tinham um viés mais psicológico e outras cujo viés era mais sociológico e político; a partir dos anos 80 surge com maior evidência um movimento que pretende a integração entre essas abordagens. Se por um lado não é mais possível deixar de se ter preocupações com o domínio de conhecimentos formais para a participação crítica na sociedade, considera-se também que é necessária uma adequação pedagógica às características de um aluno que pensa, de um professor que sabe os conteúdos de valor social e formativo. Esse momento se caracteriza pelo enfoque centrado no caráter social do processo de ensino e aprendizagem e é marcado pela influência da psicologia genética.

A pesquisa sobre a psicogênese da língua escrita chegou ao Brasil em meados dos anos 80 e causou grande impacto, revolucionando o ensino da língua nas séries iniciais e, ao mesmo tempo, provocando uma revisão do tratamento dado ao ensino e à aprendizagem em outras áreas do conhecimento. Essa investigação evidencia a atividade construtiva do aluno sobre a língua escrita, objeto de conhecimento reconhecidamente escolar, mostrando a presença importante dos conhecimentos específicos sobre a escrita que a criança já tem, os quais, embora não coincidam com os dos adultos,

têm sentido para ela.

A metodologia utilizada nessas pesquisas foi muitas vezes interpretada como uma proposta de pedagogia construtivista para alfabetização, o que expressa um duplo equívoco: redução do construtivismo a uma teoria psicogenética de aquisição de língua escrita e transformação de uma investigação acadêmica em método de ensino. Com esses equívocos, difundiram-se, sob o rótulo de pedagogia construtivista, as ideias de que não se devem corrigir os erros e de que as crianças aprendem fazendo “do seu jeito”. Essa pedagogia, dita construtivista, trouxe sérios problemas ao processo de ensino e aprendizagem, pois desconsidera a função primordial da escola que é ensinar, intervindo para que os alunos aprendam o que, sozinhos, não têm condições de aprender.

## **HISTÓRICO EDUCACIONAL NO BRASIL**

Desde anos do descobrimento do Brasil em 1500, a educação brasileira vem se modificando no decorrer dos séculos, em busca de estabelecer um modelo de escola no Brasil. Contudo tendo a educação como um processo sistematizado de transmissão de conhecimento é indissociável às ordens missionários católicos no Brasil em 1500. Pois no período da exploração da colônia no Brasil os esforços educacionais foram dados aos indígenas sobre a chamada Catequese promovida pelos missionários Jesuítas, e juntos com eles chegavam também os métodos pedagógicos, que tinha a missão de catequisar os nativos com os objetivos de inseri-los nos rituais cristãos e coloniza-los em que regesse a religiosidade, desta maneira foram formando escolas dando origem a organização, e consolidação da educação jesuítica, na qual contemplava a sociedade universalista e elitista, durante um período de aproximadamente de dois séculos, quando se deu a expulsão dos jesuítas de Portugal e de sua colônia pela Marques de Pombal em 1759, dando início as reformas pombalinas que inseriam as reformas modernizantes caracterizadas pelo iluminismo contrapondo as ideias religiosas dos jesuítas, sendo instituído o ensino laico público através das aulas régias, onde os conteúdos baseavam-se nas cartas régias e se implanta o ensino público oficial no Brasil em 1772. Porém as populações do perí-

odo colonial formada além dos períodos nativos e dos colonizadores brancos tiveram o acréscimo da numerosa mão de obra escrava. No entanto, só os mulatos procuravam a escola. Os colégios dos Jesuítas negavam as matrículas aos mestiços, mas tiveram que ceder por conta dos subsídios de escolas públicas, mantendo o ensino Religioso nas escolas.

A educação nesta época não mudava só após a chegada de D. João VI no Brasil no século XIX permite uma nova ruptura da educação com a do passado o Brasil se torna um país com independência política, havendo iniciativas marcantes em termos de mudança, ou seja, foram criadas no Brasil várias instituições de ensino. Há, neste período, a criação de cursos superiores, onde se tem o homem como um ser racional e não como criação divina.

No ano de 1822, há uma necessidade urgente dos estados, havia propostas para a educação na Assembleia Constituinte, mas para D. Pedro I adiaria qualquer iniciativa na estruturação de uma política educacional. No entanto em 1824 a constituição manteve o princípio da liberdade de ensino, sem restrições, e a intenção de instrução primaria gratuita a todos os cidadãos.

Em 1834, através do Ato Adicional que emendou a constituição ocorreu, reforma que deixava o ensino elementar secundário e de formação dos professores a cargo das províncias, enquanto o poder central cuidava do ensino superior, sendo criado o Colégio D. Pedro II em 1837 e os liceus províncias o único que era autorizado a realizar exames para adquirir o grau bacharel necessários para o acesso a cursos superiores. Ele se configura em dois sistemas de ensino secundários;

Regular seriado- oferecido pelo colégio Pedro II.

Irregular- onde predominava o ensino preparatório que permitia o ingresso ao ensino superior sem a conclusão do ensino secundário, bastando o aluno ser aprovado nos exames que eram submetidos. As matérias eram distribuídas em oito series que seriam cumpridas normalmente em igual número de anos, condicionando uma aprovação na série e não por disciplina.

Nos anos de 1850 ocorrem várias reformas no sistema de ensino do Brasil em todos os níveis de ensino, principalmente no campo secundário e técnico, os estudos do colégio Pedro II foram divididos em dois ciclos:

Estudo de primeira classe com duração de quatro anos direcionados para os que não fossem para os cursos superiores, ingressava somente no ensino profissionalizante.

Estudo de segunda classe uma duração de três anos para os que tivessem o certificado de conclusão do curso com o título de bacharel em letras ingressa diretamente no curso superior.

Houve, em 1879, a reforma de Leôncio de Carvalho que propunha o fim da proibição da matrícula para escravos, mas que vigorou por pouco tempo. Contudo no século XIX ainda existia no Brasil a tendência da criação de escolas religiosas, o que não ocorria no ensino laico no resto do mundo.

Com a Proclamação da República no final do século XIX a educação sofreria mudanças, mas sempre voltada para os princípios adotados pelo novo regime de centralização e autoritarismo.

No ano de 1930 ocorreu, no Brasil a revolução chefiada por Getúlio Vargas levado ao poder do Brasil, na qual responsável por inovações como a centralização iniciativa privada e a participação ativa do estado. Nesse tempo ocorreu à descentralização administrativa sem provisão adequada de recursos, e o ensino primário é desfavorecido desde 1930 privilegiando o ensino secundário e superior.

Tido como intelectual no marco da educação Fernando de Azevedo formula a educação na década de 1920 impulsionado pela Associação Brasileira de Educação (ABE) articula todos os níveis de ensino primário técnico profissional e normal lançado pelo manifesto da escola nova.

Portanto, em 1932 alguns intelectuais brasileiros como Lourenço Filho, Fernando de Azevedo e Anízio Teixeira, dentre outros assinaram o manifesto dos pioneiros da Educação Nova, esta educação valorizava os jogos e os exercícios físicos, desde que servissem para o desenvolvimento da motricidade e da percepção. Esse manifesto queria garantir o acesso à educação dos cidadãos em condição inferiores a gratuidade, laicidade e obrigatoriedade, bem como proibição de separação dos sexos, de influencias religiosas, políticas e partidária no processo educacional.

Desde os anos de 1960 até os dias atuais a História da Educação vem em constantes transformações históricas. No ano de 1986 cresceu substantivamente a produção de trabalhos em História da Educação no Brasil, construindo identidades de historiadores da Educação Brasileira. E no decorrer dos últimos anos a História da Educação no Brasil tem sido objetivo de reflexão de pesquisas aca-

dêmicas, de vários balanços efetuados através de congressos de História da Educação e por grupos de trabalhos como GT História da Educação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e Grupo de Estudos e Pesquisa em História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR). Onde tem buscado temáticas e períodos privilegiados pela pesquisa.

Após a criação dos grupos GT, HISTEDBR, muitos outros grupos foram criados em quase todo Brasil. O coordenador geral do HISTEDBR, Dermervall Saviani (2000, p.14) que afirmou: “surgiu como sugere o seu nome, a preocupação de investigar a História da educação pela mediação da sociedade, o que indica a busca de uma compreensão global da educação e seu desenvolvimento”. Nos anos 90, os grupos GT e HISTEDBR se enriqueciam com o aumento dos pesquisadores na área da História da Educação onde a aglutinação para expor suas ideias e propostas sobre a educação brasileira começou a ser novidade e isso gerou mudanças na forma de organizar e realizar as pesquisas, pois além de continuar a tradição das investigações feitas individualmente começou a surgir grupos de pesquisas que se impuseram o desafio e a preocupação com o mapeamento e organização dos acervos documentais disponibilizados para pesquisa.

No fim dos anos 1960 a 70, surgiram os programas de pós-graduação em Educação no país que se estalaram no Rio em 1965 na Pontifícia Universidade Católica (PUC) e na PUC-SP em 1969, e nos anos de 1980 com a criação do Grupo de Trabalho história da Educação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e em 1984 o Grupo de Estudos e Pesquisa em História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR). Com a criação dos grupos de trabalhos GT, ANPEd e HISTEDBR que busca planejar o panorama atual da historiografia da educação, destacando temáticas e períodos privilegiados pela pesquisa.

O surgimento dos programas de pós-graduação em Educação no fim dos anos 1960 e início dos anos 1970, como dito acima, alterou a configuração dos trabalhos na disciplina, menos por um afastamento dos primados da relação entre história e filosofia e mais, ao contrário, por uma ênfase nessa aproximação a partir de um referencial teórico-marxista, apoiado primeiramente em Althusser no fim dos anos 1960 e 1970 e depois em Gramsci nos anos 1970 e 1980. Os primeiros programas

instalaram-se nas universidades católicas, PUC-Rio (1965) e PUC-SP (1969), e aglutinaram em uma geração de acadêmicos diretamente vinculados à Igreja Católica ou gravita na sua esfera de insuficiência, constituindo-se no lugar de confluência entre o pensamento marxista e a nova pregação da Igreja, exposta nas conferências do Conselho Episcopal Latino-americano de Medellín (1969) e Puebla (1979), condensada na fórmula da opção pelos pobres.

A tantos propósitos e reformas no campo da educação Brasileira ela vem abordando um processo de silenciamento do passado no que se coloca Brasil colônia, império e república uma vez que em relação às práticas, as ações e iniciativas educacionais e pedagógicas, temos muito que dialogarmos, sobre a necessidade de ser repensado os marcos cronológicos convencionais de delimitações da educação em períodos, de uma história, sendo que ainda nos dias de hoje nos permanecemos inacabados, inconclusivos, e os cidadãos continuam à mercê dos poderosos, da elite desrespeitando o direito dos indivíduos como sujeito participativo e transformador da sociedade no poder dos coronéis que dominam o estado. Que educação tivemos e que educação se pretende chegar?

## **O PAPEL DO PROFESSOR NO ENSINO APRENDIZAGEM**

A prática de todo professor pressupõe uma concepção de ensino e aprendizagem que determina sua compreensão dos papéis de professor e aluno, da metodologia, da função social da escola e dos conteúdos a serem trabalhados; incluídas suas próprias experiências escolares, suas experiências de vida, a ideologia compartilhada com seu grupo social.

Se o ser humano fosse total e exclusivamente determinado por suas características genéticas, não haveria necessidades de escola nem de educador. Mas sabemos que não é assim.

A escola e o professor trabalham com a aprendizagem do aluno num processo que não acaba nunca. Aprende-se e sempre. Além do mais, aprender não é uma propriedade exclusiva do aluno: o professor também aprende.

O educador consciente deve mostrar-se extremamente cauteloso toda vez que lhe couber

emitir opinião acerca de problemas relacionados com a personalidade de seus educados principalmente se não dispuser de amplos conhecimentos a respeito dos fatores de natureza social e psíquica que condicionam suas relações com a família e com o grupo, bem como não possuir informações seguras de seus antecedentes familiares.

O processo de aprendizagem não responde necessariamente ao processo de ensino, como tantos imaginam. Ou seja, não existe um processo único de “ensino-aprendizagem”, como muitas vezes se diz, mas dois processos distintos: o de aprendizagem, desenvolvido pelo aluno, e o de ensino, pelo professor. São dois processos que se comunicam, mas não se confundem: o sujeito do processo de ensino é o professor enquanto o do processo de aprendizagem é o aluno. (WEISZ, 2009, p.65).

A aprendizagem não deve corresponder ao processo de ensino, de modo que o processo de ensino e aprendizagem não são únicos, há o processo pelo qual o professor ensina e o aluno aprende, portanto, eles complementem e se ajudam para atingir um só objetivo o de aprender. Pois o professor é responsável pelo ensino e o aluno pelo o processo de aprendizagem. Ele é um coordenador de atividades que organiza e atua juntamente com os alunos.

No pensamento de Piaget é importante que os professores apresentem as crianças materiais e ocasiões que lhe permitam progredir. Não se trata simplesmente de permitir que as crianças façam tudo. Trata-se de lhes proporcionar situações que lhe ofereçam novos problemas que se seguirão um aos outros. É necessário um misto de liberdade e direção.

Devemos ter sempre em mente que a verdade científica nunca se apresenta de modo claro e transparente. “Só há ciência do oculto” e o dever Máximo do educador é justamente o de levantar, com a ajuda dos instrumentos e das categorias de entendimento mais adequado, os sucessivos seus que encobrem a verdade dos fatores, afim de que possamos ver esta verdade em toda a sua plenitude.

## A FORMAÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

A escola precisa se comprometer com a aprendizagem de todos os alunos, especialmente, daqueles mais fracos. Aceitar o seu insucesso como natural é assinar atestado de incompetência. É preciso gostar e querer que os alunos avancem, cresçam e se desenvolvam.

A escola necessariamente, se compromete com suas verdadeiras formas políticas, sociais e culturais, oferecendo as classes subalternas as mesmas armas que possui a classe dominante. Para democratizar a escola é preciso um processo de conscientização que não se fará sem a socialização dos conteúdos.

Além do domínio dos conteúdos essenciais e da formação da consciência crítica a escola deve se preocupar também com o desenvolvimento das habilidades e capacidades de pensamento independente, lucidez e, conseqüentemente força política para assumir o papel de sujeito participante do processo de mudança social.

A escola tem por função preparar os indivíduos para o desempenho dos papéis sociais, de acordo com as aptidões individuais. Para isto, eles precisam aprender a adaptar-se aos valores e as normas exigentes na sociedade de classes, através do desenvolvimento da cultura individual, isso significa, formar o homem capaz de conviver numa sociedade em que se cruzam interveniências e influencias mundiais da cultura, da política, da economia, da ciência e da técnica.

A escola é a instituição que deve cumprir seu papel de maneira universal, gratuita e democrática. Ela não é uma instituição neutro frente à realidade social. Tem-se que compreender a realidade onde ela se situa para poder-se clarear o grau de interferência e a possibilidade de ela agir também sobre essa realidade.

A instituição escolar tem, portanto, por função, repassar, organizar o saber e viabilizar a todos os membros de uma sociedade, o acesso ao instrumento de produção ao cultural, científica, técnica e político da sociedade em que esses indivíduos vivem, o exercício da cidadania compreende a totalidade dos direitos que o indivíduo tem de desempenhar nas mais diversas funções no tecido social, do ponto de vista individual e social.

Na visão Piagetiana existem alguns fatores do desenvolvimento mental, a saber, a matura-

ção dos sistemas nervos, o ambiente físico, o ambiente social e a equilibração progressiva. Cada um desses fatores deve ser levado em conta pela escola, que como fundamento o desenvolvimento do raciocínio. Para tanto, convém propiciar à criança um ambiente físico da melhor qualidade, estimular a interação social e observar o mecanismo da equilibração “processo pelo qual as estruturas se geram de modo integrativo, levando gradualmente o indivíduo a uma compreensão mais perfeita da realidade exterior” (CUNHA, 1986, p.36).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no estudo apresentado neste artigo e sobre as teorias de estudiosos filósofos como Jean Piaget, Lev Vygotsky e Henrique Wallon, entre outros, conclui-se que a aprendizagem de uma forma ou de outra, é peça fundamental no processo de desenvolvimento e, que as muitas tendências pedagógicas, ajudam a influenciar esse desenvolvimento, buscando alternativas viáveis as várias formas de ensino no País. Assim, elas tendem a contribuir na busca de caminhos para solução dos vários problemas na educação brasileira ao longo dos anos.

Muitos foram os estudos e debates no processo histórico educacional no Brasil, que passa por constantes modificações em busca de descoberta e transformações na educação. São vários os pioneiros e intelectuais que buscaram e buscam contribuir neste processo educacional, procurando alternativas para o entendimento de como se pode adquirir a aprendizagem, razão pela qual surgiram os vários métodos de ensino.

Enfim, a escola, a família e a sociedade, são partes integrantes e principais deste processo de aprendizagem e desenvolvimento e são muitas as contribuições e estudos relacionados a este tema, sendo assim o professor deve se um agente mediador do conhecimento e o aluno o principal sujeito da aprendizagem, ambos fazendo parte de um mesmo processo.

## REFERÊNCIAS

CUNHA, Maria Auxiliadora Versiani. Didática fundamentada na teoria de Piaget. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1986.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: Saberes necessário à prática educativa. 8º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1998; p.25. Disponível em: < em 10/05/2017

GALVADON, L. L. Desnudando a Escola. São Paulo: Pioneira, 1997.

LA TAILLE, Yves de. Piaget, Vygotsky, Wallon: Teorias Psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summs, 1992.

SAVIANI, Dermal. Pedagogia história-crítica: primeiras aproximações. Campinas: Autores Associados, 2000.

SOUZA, Ana Inês (org.) Paulo Freire – Vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

SOARES, Joaquim Ribeiro. Método de alfabetização e de aprendizagem. Revista Mundo Jovem, Porto Alegre, RS, ano 46, n. 385, ed. Abril, 2008.

RIBEIRO, Maria Luísa Santos. História da Educação Brasileira: a organização escolar. 18. ed. Revista e ampliada. Campinas: Autores Associados, 2003.

VYGOTSKY, L. S. et al. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Ícone, 1988.

WEISZ, Telma. O diálogo entre o ensino e a aprendizagem. 2. ed. São Paulo: Ática, 2009. 1333 p., Il. (Palavra de professor) ISBN 978-85-08-07293-4.